



## **Mostra o Morto que o Povo Gosta: Quem Disse? – Um Estudo de Recepção Sobre Programas Policiais, e Estratégias de Mudança <sup>1</sup>**

Mayara Carolinne Beserra de ARAÚJO<sup>2</sup>

Raimundo Nonato de LIMA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

### **RESUMO**

Este estudo se propõe a refletir sobre o trabalho dos programas policiais, sem se limitar, no entanto, a discutir somente sensacionalismo e medidas antiéticas. É conhecendo o programa cearense **Barra Pesada** e, principalmente, dialogando com seus telespectadores que se pretende, primeiramente, entender porque, apelativos ou não, tais programas criaram com as camadas populares uma relação de parceria; comprovar que outros motivos levam o espectador a vê-los, além da violência. A intenção é aprender com esses programas que criaram uma proximidade ímpar com o público. Para tanto, procurou-se dialogar com as teorias que discutem a relação televisão-público e, na pesquisa de campo, fez-se uso, sobretudo, da Observação Participante, da entrevista e da aplicação de questionários.

**PALAVRAS-CHAVE:** programas policiais; telespectador; Tv; camadas populares; proximidade.

### **TEXTO DO TRABALHO**

#### **1. Introdução: Receptor Ingênuo ou Sádico? Discutindo Formas Cristalizadas.**

Heidegger<sup>4</sup>, analisando o fenômeno da curiosidade, caracterizou-a pela incapacidade do ser humano de permanecer no mesmo estado, de ter sempre o mesmo conhecimento acerca das coisas. Esse desassossego contínuo também se aplica ao campo da informação: a audiência dos telejornais, das rádios; a compra de jornais não são somente relativas ao conhecimento de informações indispensáveis, mas também à mera curiosidade.

Também alvo da curiosidade humana, o cotidiano criminal das cidades, o acidente, o escândalo, a tragédia, figurou, desde muito, como algo do interesse público, independente dos estímulos da indústria informativa ou do entretenimento. Não

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – XXX, do Iniciacom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Estudante do 5º semestre de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal do Ceará; e-mail: carol.mcba@gmail.com.

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do curso de Comunicação Social da UFC, email: nonatolima@uol.com.br

<sup>4</sup> HEIDEGGER Apud FIDALGO, 1996, p.01.



significa dizer, no entanto, que tal indústria não tenha, por sua iniciativa, contribuído, incitando no público essa curiosidade.

A informação não se limita a dar conhecimento do que é de interesse público; ao fazê-lo fá-lo de uma certa perspectiva e com uma certa finalidade. Os destaques, o tipo de referência, a adjectivação, revelam um determinado posicionamento (...) E é aqui que efectivamente reside a função formativa e cívica da informação: induzir o público a participar na gestão da coisa pública e dar-lhe meios para essa participação. (FIDALGO, 1996, P.01 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html>. Acesso em: 12/08/2007)

O que queremos, de fato, é esclarecer desde já que não se pode entender o agendamento das questões policiais nem como se as empresas jornalísticas criassem essa editoria e a incutissem no gosto popular, muito menos como se o público exigisse esse tipo de cobertura. As explicações não são assim tão “puras”.

Este estudo objetiva justamente desmitificar esses argumentos cristalizados que permeiam a discussão sobre jornalismo policial. Por meio do diálogo teórico, baseado em especial na obra de Jesús Martín-Barbero, que compreende o receptor como ser dotado de ação e que faz diferentes usos da informação captada, pretende-se aqui rediscutir posturas teóricas que, de certo modo, bitolaram a relação Tv e público, seja entendendo-o “fraco” a ponto de digerir tudo o que lhe é oferecido, seja compreendendo-o tão “forte” a ponto de ser igualado à Tv como seu cúmplice direto. Pretende-se ainda seguir por um caminho que julgamos essencial: ir para as ruas, ir em busca dos telespectadores e deixar que eles respondam por si, já que, nessas discussões, são tantas vezes citados e tão poucas vezes ouvidos.

É a partir do início da década de 90 que as emissoras nacionais de Tv começam a investir na cobertura policial, sob a forma de programas em que se divulgassem os crimes diários e se acompanhasse a ação da polícia, bem como das outras instâncias envolvidas em questões policiais, como o corpo de bombeiros e o próprio Instituto Médico Legal. No Ceará, logo após o “sucesso” do programa transmitido em rede nacional Aqui Agora, apresentado pelo radialista Gil Gomes (apresentador de um programa semelhante na frequência AM), vai ao ar o Barra Pesada, na Tv Jangadeiro. Liderado por Tadeu Nascimento, o programa tentou alcançar a mesma audiência do transmitido nacionalmente, repetindo seus moldes e abordagens.

Posterior ao surgimento do Barra Pesada, outros tantos programas de mesmo conteúdo surgiram no Estado, concorrendo com o pioneiro: Mão Branca (à época, transmitido



pela Tv Cidade, canal 08), Cidade 190 (ainda veiculado pela Tv Cidade), Comando 22 e Rota 22 (ambos transmitidos pela Tv Diário, canal 22).

Entretanto, a prova de que o público é capaz de fazer outros usos dos conteúdos que apreende, mais que elevados índices de audiência, esses programas policiais conquistaram as camadas populares e construíram com elas uma relação de parceria, gerando um sentimento de aproximação, identificação com a TV e de representatividade diante das autoridades. A ligação espectador-programa está para além do sangue.

E para compreender como e por quê essa “parceria” foi estabelecida é preciso antes conhecer melhor a dinâmica e a história desses programas.

## **2. Programas Policiais: Quem os Faz no Ceará**

Antes de discorrer sobre o histórico desses conteúdos, em particular do Barra Pesada, é importante fazer um primeiro comentário sobre a influência do rádio na audiência deles. Aqui se estabelece, de certa forma, o que nos disse o teórico da comunicação McLuhan (1969), que o surgimento de um meio de comunicação era a convergência dos anteriores. De fato, o que ocorre com boa parte dos programas até hoje estreados é uma adaptação do programa radialístico para os moldes da Tv. Prova disso é que a maioria dos apresentadores foi ou ainda é de locutores. É o caso de, como dissemos, Gil Gomes, do Aqui Agora; Nonato Albuquerque, do Barra Pesada e outros. Martín-Barbero já dizia que a Tv era “o rádio com imagens”, pela importância do discurso verbal mesmo nesse outro suporte. E, nessa lógica, o apresentador como “dono” do discurso gera implicações como o “transporte” não só do programa para a Tv, mas do ouvinte. A audiência do rádio segue o protagonista, no caso, o locutor.

O apresentador-animador – presente nos noticiários, nos concursos(...) – mais do que um transmissor de informações, é na verdade um interlocutor (...). Daí seu tom coloquial e a simulação de um diálogo que não se restringe a um arremedo do clima familiar. (MARTÍN-BARBERO, 1995, pg. 294)

Sendo assim, se aquele programa, apresentado pelo meu locutor preferido, que dá espaço para o ouvinte, que informa e que distrai migra para a televisão, eu, ouvinte viro telespectador e migro junto.

Sobre o programa radialístico de Gil Gomes, Maria Tereza da Costa narra que:

O público encontra nesse programa um espaço aberto para registrar sua opinião sobre a situação de violência que ele próprio vive em seu



cotidiano. São donas de casa, presidiários e policiais, que se permitem dizer algo sobre a criminalidade ou sobre a justiça. É assim que constroem suas representações dos bandidos e da polícia, apresentam soluções e apontam as possíveis causas para a violência urbana. (COSTA, 1992, p.79)

É interessante, então, aderir à história dos programas policiais essa quase que aceitação prévia do conteúdo pelo público, que já conhecia a dinâmica do programa por reconhecer o apresentador.

Como comentado anteriormente, o programa pioneiro em veiculação específica dos bastidores policiais no Ceará foi o Barra Pesada, transmitido pela Tv Jangadeiro, canal 12 das Tvs abertas. Antes da implantação da emissora local, por volta de 1990, uma pesquisa realizada pelo IBOPE constatou que a população cearense esperava “se ver” nesse novo conteúdo. Tancredo de Carvalho, enquanto proprietário da Tv Jangadeiro, não abriu mão dos programas de cunho popular, como De Repente Cantoria, Meu Xodó, Botando Boneco e o próprio Barra Pesada, que acabou se tornando vedete da emissora.

O Barra mostra os bastidores policiais cearenses. O programa, veiculado de segunda a sexta, tem uma hora de duração e entra no ar a uma hora da tarde. No início o telejornal era comandado por Tadeu Nascimento. Por ser de origem negra, o apresentador foi alvo de discussões polêmicas. Apesar disso, o programa não demorou a cair no gosto popular e superou a audiência da TV Verdes Mares, emissora local que transmite a programação da Rede Globo. (SIQUEIRA, 2004, pág. 46)

Concomitante à estréia do Barra Pesada, em outra emissora local, o Mão Branca também começava a ser transmitido. Ia ao ar todos os sábados pela manhã, horário em que a Tv Jangadeiro, astutamente, teve a iniciativa de veicular as reprises do “Barra” (como é conhecido), os melhores momentos. Os compactos sempre venciam a disputa dos fins de semana, era um sucesso sem precedentes. Campeão também em cotas publicitárias, o faturamento do Barra chegou a representar até 19% da arrecadação total da emissora.

O programa da Tv Jangadeiro era composto por quatro blocos. Alguns quadros, nos primeiros anos de transmissão, foram os grandes responsáveis pelo alto índice de audiência, o Fora de Circulação (também conhecido como Os santinhos do Dia) é um exemplo:

O repórter percorria as delegacias de plantão e mostrava os detidos, que eram rotulados por adjetivos como ‘pé de cana’, ‘bonequeiro’, entre outros. Esta forma de apresentação gerou controvérsias e o quadro acabou saindo do ar. (SIQUEIRA, 2004, pág. 47)



Outros quadros, entretanto, até hoje presentes, se, a princípio, não foram tão motivadores da audiência, com o passar das transmissões, acabaram fazendo com que o público percebesse a importância de tê-los no ar e estimulando, de fato, a aproximação entre os espectadores e a produção do programa. Mão amiga, Desaparecidos e Como está o caso, são alguns deles. O primeiro, criado em 1996, dá à população a oportunidade de buscar ajuda no programa, qualquer que seja a necessidade; o segundo dedica-se à divulgação de fotografias e informações de pessoas, veículos ou objetos de valor desaparecidos; e o terceiro relembra casos policiais não solucionados que constassem nos arquivos do programa, a fim de cobrar providências às autoridades competentes.

Muitos deles mudaram de título ou não representam necessariamente um quadro, mas aquilo a que se dispunham continua sendo feito. Antes dos intervalos comerciais, o Barra continua a divulgar os desaparecidos e, durante a transmissão dos programas, são raros os dias em que Nonato Albuquerque, apresentador principal desde 1992, não se pronuncie no sentido de cobrar providências às autoridades, principalmente depois da nova iniciativa do programa, intitulada Barra Móvel, uma unidade móvel itinerante que faz transmissões ao vivo diretamente dos bairros de Fortaleza e da Região Metropolitana, prioritariamente periféricos. Através do Barra Móvel, a população dos bairros pode se pronunciar com relação aos problemas da comunidade e até cobrar, por si mesma, providências.

Nos primeiros anos de veiculação, o Barra adotou por linha editorial a “busca pela justiça”, a “exposição da verdade nua e crua”. Sob essa bandeira, além dos comuns bastidores policiais, dedicou-se diversas vezes à cobertura de rituais de magia negra, à exposição de corpos mutilados, à apresentação do bizarro. A descrição das manchetes de um programa de dezembro de 1991, exemplifica o teor dos conteúdos dessa época:

Logo após o editorial tem a apresentação das matérias do dia: pai que estuprou a filha, assaltantes fugitivos da prisão, rituais de magia negra, acidentes trágicos com várias mortes (mostrando os corpos e os estragos materiais), além de aberrações biológicas (crianças nascidas sem cabeça).” (MARTINS, 1993, pág. 55)

Durante o período de entrevistas, a funcionária de uma loja, assídua telespectadora desde o começo do Barra Pesada, contou que sempre o assistia para saber se havia acontecido algo no seu bairro, mas se incomodava com certas reportagens.



O Nonato [referindo-se ao apresentador Nonato Albuquerque] avisava pra quem tinha problema do coração, ou se tivesse criança pequena, pra sair da sala, que a cena era muito forte. Aí eles mostravam mesmo, mostravam tudo, o corpo, os pedaços, tudo. Eu saía ou virava a “cara”, não agüentava ver, não. (Entrevista concedida em Junho de 2007)<sup>5</sup>

Entretanto, como também nos disse a entrevistada, atualmente, o teor das coberturas mudou de forma considerável. “Já não mostram tanto sangue”, disse. Ela, inclusive, acredita que essa mudança tenha ocorrido pela reclamação do público.

Realmente, o Barra vêm substituindo essa exposição excessiva por um “jornalismo cidadão”, como a própria produção define. Quem acessa o site da Tv Jangadeiro, já encontra a seguinte descrição do programa:

Um programa de jornalismo policial, com amplo espaço dedicado à prestação de serviços e às ações da comunidade. (...) o Barra Pesada vem se pautando, ao longo do tempo, pela ética e pelo respeito, evitando os excessos e o sensacionalismo. Quadros como o "Tribuna do Povo", em que o cidadão participa ao vivo com seu apelo ou reclamação, "Desaparecidos", que ajuda as famílias a reencontrarem parentes perdidos, e ainda um dos quadros de maior sucesso da televisão cearense, o "Barra Móvel", onde o cidadão tem voz e vez. O quadro tem como objetivo expressar sentimentos e opiniões de moradores de diversos pontos do Estado, deixando as autoridades mais próximas da realidade do cidadão. O Barra Pesada mostra como um espaço de televisão pode ser utilizado a serviço da população. Barra Pesada, um programa de verdade. Um programa de cidadania.

(TV JANGADEIRO. Disponível em: [http://www.tvjangadeiro.com.br/programa\\_institucional.asp?ref=barra\\_pesada](http://www.tvjangadeiro.com.br/programa_institucional.asp?ref=barra_pesada), acesso em: <22/11/07>).

Assim se diz pautar atualmente o Barra Pesada, que, de fato, reduziu a exposição das vítimas nas reportagens e desvinculou-se da abordagem de aberrações. Continua, no entanto, apresentando os casos de fuga de bandidos, acidentes, o cotidiano criminal por que, enfim, implicam na ação da polícia, e não haveria por que ser dispensado se o programa se destina, na verdade, a cobrir os bastidores policiais, tendo a prestação de serviços como uma bandeira inclusa.

Agora, essas mudanças, se decorrentes também do que supôs nossa entrevistada, não podemos confirmar, mas certamente tiveram a influência de medidas jurídicas impostas sobre as produções dos programas policiais da região, não só do Barra.

## 2.1 Medidas Jurídicas

---

<sup>5</sup> Os nomes dos participantes de questionários e entrevistas permanecerão em sigilo.



Desde meados de 1996, as autoridades judiciárias já discutiam os excessos dos programas policiais, não só do Estado. No entanto, em julho de 2003, no Ceará a discussão ganhou corpo processual: o Ministério Público advertiu os delegados de polícia civil quanto à má conduta deles ao expôr, à execração pública, fatos que competem ao Estado e à Justiça sob caráter de sigilo.

A advertência, destinada à exposição não só de suspeitos em situações vexatórias, mas também de corpos mal surtiu efeito. Alguns delegados chegaram a elaborar documentos de permissão assinados pelos presos, e as imagens fortes, antes das quais se pedia que se retirassem crianças da sala, continuaram a ser transmitidas.

Em consequência disso, no dia 16 dezembro de 2003, uma Ação Civil Pública fundamentada na Lei nº 7.347/85 foi movida contra a União Federal, o Estado do Ceará e três concessionárias do serviço público federal de radiodifusão de sons e imagens: Tv Cidade, pelas práticas correntes no programa Cidade 190; Tv Diário, respondendo pelo Rota 22 e TV Jangadeiro, pelo Barra Pesada.

As emissoras, de pronto, alegaram censura, sustentadas pela liberdade de informação jornalística e pela CF/88, em que se repudia a proibição a qualquer tipo de manifestação de pensamento, criação, expressão e/ou informação. Sobre a discussão que se seguiu, escreveu Lea Cunha Bastos em sua pesquisa monográfica:

O objetivo da Ação intitula-se clara: ‘coibir abusos, observados normalmente em reportagens cujo intuito não é a informação, mas a execração pública de alguém. Proteger as expressões do direito à privacidade, a honra, a imagem, etc.’ e sentencia: ‘cumpre lembrar, antes de ir além, que o que goza de ampla liberdade é o pensamento, a criação, a expressão e a informação, que não se confundem com acessos de fúria, *shows* de interpretação grotesca, em que se pretende a completa destruição moral e social de alguém submetido à tutela judiciária ou mesmo em liberdade’ (BASTOS, 1997, pág. 86)

Quanto à postura das autoridades policiais, à exposição e ao tratamento dos acusados nesses programas ainda há muito o que se discutir e pressionar para o alcance de uma cobertura, de fato, regular. O que não desmerece por completo o trabalho e o conteúdo deles. Quantas discussões sobre políticas públicas não podem ser (e não o são já) despertadas em espaços de diálogos como o Barra Móvel? Quantos espaços como esse existem na televisão local e mesmo nacional? Quantos são tão propícios a essas discussões e permitem tanto tempo de exibição como o Barra Pesada? É possível aprimorar esse espaço, que tem sim seus defeitos, mas, para isso, é necessário antes



empenhar-se na observância dele e de seus efeitos reais sobre o público. E, a propósito, é preciso ainda identificar que público é esse do qual tanto falamos.

### **3. Discutindo a Relação TV-Público: Quando a Teoria Faz Migrar Para o Campo**

Até então, discorreu-se sobre a história dos programas policiais, os atores dessa trama: público, apresentadores, emissoras, autoridades e traçaram-se ligeiras hipóteses de porque os programas têm mudado e como alcançaram essa relação particular com seu público. Agora dedicamos este espaço a uma análise das teorias que baseiam o estudo dessa relação que aqui identificamos e decidimos pesquisar.

Régis de Moraes, em “O que é Violência Urbana?” entende que:

quem tem filhos em casa sujeitos à invasão autoritária da TV, não precisa ler tratados ou fiar-se em pesquisas ditas científicas. O cotidiano mostra-lhes a ditadura que os meios de comunicação pela imagem exercem, uma vez subvertidos por espúrios interesses econômicos. Este autoritarismo se baseia nas chamadas técnicas de persuasão; isto é: o invasor invade, inferioriza com ‘doçura’ o invadido e este acaba ainda confusamente grato ao invasor. (MORAIS Apud BASTOS, 1997, pág. 28).

E Muniz Sodré, em *A Comunicação do Grotesco*, soma à passagem de Moraes, ao defender sua teoria das constantes ilusões construídas pela Tv, quando diz que o receptor “certo de confrontar-se com o real, pode deixar-se influenciar ainda mais pela mensagem, entregando-se sem rédeas aos processos de identificação e projeção. Nesse ponto a tevê converte-se num veículo socialmente perigoso, pois tende a conformar o indivíduo à sua pseudo-objetividade.” (SODRÉ, 1983, p.62)

Não se deve ignorar os efeitos que a Tv enquanto suporte pode causar no telespectador, entretanto, não cremos no radicalismo de ambas as citações. Será a Tv um instrumento com tanto poder como se coloca? É sobre essas teorias a respeito da relação Tv-público, geralmente emergidas quando se trata de programa policial, que queremos discutir. Nilo Odalia, em “O que é violência”<sup>6</sup>, diz que a intenção da Tv é “nos imbecilizar”. Será que não são concepções como essas, que entendem o receptor como completamente passivo, que o imbecilizam?

Contrapondo essa visão de receptor que “se abandona, descuidado” diante do que consome, Canclini comenta:

Hoje vemos os processos de consumo como algo mais complexo do que a relação entre meios manipuladores e dóceis audiências. Sabe-se

---

<sup>6</sup> Apud BASTOS, 1997, pág. 28.



que um bom número de estudos sobre comunicação de massa têm mostrado que a hegemonia cultural não se realiza mediante ações verticais, onde os dominadores capturariam os receptores: entre uns e outros se reconhecem mediadores como a família, o bairro e o grupo de trabalho. (CANCLINI, 1996, p.51)

De fato, já se admite um processo de negociação, de colaboração e transação entre o receptor e o emissor. E, sob essa lógica, nos preocupa ainda outra visão radical dessa relação aqui abordada: a de que público e Tv são cúmplices e, desse modo, iguados em força.

Muniz Sodré, em entrevista à revista Teias, de 2003, entende que se estabelece entre a tevê e o seu público um “contrato de leitura”:

O pacto é o seguinte: eu vou ser grosseiro, vou ser banal, mas você vai se divertir. O público é o operário que chegou cansado do trabalho, que ganha mal e vai tolerar as pegadinhas da diversão barata. A TV incorpora o público e essa incorporação é reconfirmada pelas pesquisas. O público constitui a televisão, então, ele não é vítima, é cúmplice. (Entrevista: Muniz Sodré. Revista Teias, Vol.4, No. 7-8, 2003. Disponível em: <http://www.revistateias.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/224/225> Acesso em: 14/03/2008)

Acreditamos que não seja coerente relacionar dessa forma uma empresa televisiva organizada, que, de fato, configura uma unidade, com suas atribuições e poderes definidos, com o público, que apesar de ser resumido em uma palavra consiste em uma coletividade completamente diferente e não organizada. Quer dizer, crer que essas pessoas não-vinculadas podem simplesmente ter poder de veto sobre uma empresa como a Tv Globo, por exemplo, configura-se um exagero.

E o que é mais intrigante: tanto na visão de receptor passivo quanto na visão de receptor cúmplice, em ambas o público é, de certa forma, massificado. Em ambas ele representa uma massa, o que os estudos, sobretudo, culturais e de recepção tentam desmitificar.

Como nos diz Martín-Barbero:

O espaço da recepção é um espaço de conflito entre o hegemônico e o subalterno, as modernidades e as tradições, entre as imposições e as apropriações. Quando falamos de recepção nesse sentido, não estamos falando de uma recepção individual, senão da recepção como fenômeno coletivo, da sociedade da recepção. (...) é dizer, estudar a recepção é estudar este novo mundo de fragmentações dos consumos e dos públicos, essa liberação das diferenças, essa transformação das sensibilidades que encontram um campo especial na reorganização das relações entre o privado e o público. (MARTÍN-BARBERO Apud BRITTOS, p.03)



A discussão, no entanto, não deve ser somente uma “acareação” de ideologias. A televiolência e a prática do sensacionalismo pelos programas policiais são constantemente discutidas em trabalhos acadêmicos, não sem relevância. Importante tratar das abordagens, dos limites éticos muitas vezes ultrapassados por interesses financeiros, afinal, a nós mesmos compete questionar tudo aquilo que fere a construção do fazer jornalismo. Entretanto, queremos, além de conflitar teorias, alertar que a exploração da crítica rígida aos programas policiais, ao menos no Estado do Ceará, tem, de certo modo, cegado os pesquisadores para as relações construídas entre esse conteúdo e seu público.

É fato a dicotomia existente entre as críticas acadêmicas e os índices de audiência, e é demasiado simplório atribuí-la somente à ingenuidade ou até ao sadismo do espectador, como se ele tivesse “sede” de assistir a programas sanguinolentos à hora do almoço; como se ele fosse um simples trabalhador cansado e débil diante da Tv. Obviamente não se pode também omitir a possibilidade das motivações supracitadas, mas é errôneo limitar-se a elas.

O fato é que ao colocar essas posturas, frankfurtianas e culturalistas, tão distintas, uma diante da outra, nos encontramos necessitados de um único caminho, o do campo. Percebeu-se a necessidade de dar voz aos sujeitos dessa relação e, a priori, o fizemos com o espectador. Acreditamos que para entender por que as pessoas assistem aos programas, se são tão “maléficos”, como os estudos dizem, precisamos ouvi-las. Para tanto, escolhemos permitir que as leituras nos embasem, mas não que nos prendam à mesa das bibliotecas; que esse fosse o momento de o pesquisador erguer-se da cadeira e ir para a rua.

Parto do princípio de que a recepção não é somente uma etapa no interior do processo da comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação.(MARTÍN-BARBERO, 1995, pg.40)

#### **4. Quem Assiste? E Vê de Onde?**

Através de um método de pesquisa chamado Observação Participante (em que o pesquisador vai a campo sem se identificar e se integra ao grupo pesquisado) e da aplicação de questionários, nos têm sido possível conhecer melhor quem são os espectadores desses programas. Usamos, a propósito, “nos têm sido” porque, de fato, o processo de observação e aplicação de questionários não terminou. Por sinal, o que podemos adiantar são pequenas mostras daquilo que se apurou. A aplicação de



questionários não é fácil e está sujeita a muitos equívocos. De qualquer modo, decidimos traçar aqui um perfil próximo de quem seriam essas pessoas.

Não só as preferências e motivações dos telespectadores facilitam a compreensão dessa relação de proximidade. Também seus hábitos, onde moram, onde trabalham, por onde andam, onde e com quem assistem aos programas, esses recortes que compõem a rotina das pessoas influenciam nesse diagnóstico, por que assim podemos pensar as circunstâncias em que o programa é visto. Sousa, em “Sujeito, o lado oculto do receptor”, aponta:

A noção de cotidiano, tanto quanto a de práticas de pessoas e grupos sociais, é uma primeira aproximação importante para destacar o que vem se colocando como prioridade no estudo da interação comunicação-cultura. Tomada não apenas em sua conotação mais ampla, enquanto hábito de ‘produção, circulação e consumo de significações’, a cultura se situa (...) no interior dessas práticas nas quais se dão as significações. (SOUSA, 1995, p. 35)

O que esses espectadores discutem enquanto assistem à TV também é um dado importante. A observação participante dá ao pesquisador essa possibilidade de colher momentos espontâneos, posturas provavelmente diferentes das tomadas num momento de entrevista, fruto, muitas vezes, da timidez do entrevistado.

A experiência de campo mostrou que os espectadores dos programas policiais são, principalmente, de classe baixa. A renda média pessoal gira em torno de 1 a 2 salários e a de todos os que trabalham em suas casas, de 2 a 3. São donas de casa, camelôs, funcionários de lojas... semelhantes aos que compunham a audiência do programa de Gil Gomes, pesquisado por Maria Tereza da Costa. Têm entre 26 e 35 anos; quanto à escolaridade, têm o fundamental completo, alguns possuem o médio, mas ainda não podemos mensurar se são, em sua maioria, homens ou mulheres.

Apesar de muitos serem trabalhadores em período integral, a maioria diz assistir ao programa em casa, à hora do almoço, com o esposo(a) ou companheiro(a). Por sinal, poucos assistem sozinhos e, pela observação participante, podemos dizer que boa parte dos espectadores prefere assistir acompanhado justamente para ter com quem comentar as matérias. Pudemos constatar que elas são o mote das discussões nos bares dos terminais rodoviários que têm Tv. Nessas discussões, destacam uma ou outra matéria e, interessante, não são poucos que já assistem ao programa sabendo que matéria querem ver – algo que aconteceu no bairro, carros de polícia que passaram depressa pela avenida no dia anterior, o boato de um assalto a mão armada a uma loja conhecida ou a



presença do Barra Móvel são motivos para, antes do programa, comumente alguém alertar o dono do restaurante: “liga aí a Tv, que eu vou já ver o Barra!”

Por hora, essa é a mostra que podemos dar, ao longo da exploração das hipóteses, destacaremos alguns casos.

#### **4. Assistindo de Vendo e Sendo Assistido: Hipóteses e Considerações**

Segundo o que apuramos, tivemos condição de defender que, agindo ou não de acordo com a ética, os programas policiais são, sim, acompanhados de um modo diferente por seus telespectadores. Um dos motivos da audiência dos programas policiais é a identificação do público com os sujeitos do programa.

Independente da edição, os programas policiais em geral têm personagens fixos, que variam em nome, identidade, indivíduo, mas discursivamente são os mesmos. Como que antes do discurso do programa: o apresentador, o acusado, a vítima, a lei, a pessoa que reivindica, o lugar do ocorrido. São elementos fixos incrustados de valores. O telespectador, ao acompanhar o programa, está diante de um jogo discursivo, um jogo de significação em que ele, enquanto participante do jogo dá significado ao que vê. Martín-Barbero admite essa compreensão da notícia quando afirma que:

O consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social(...).(MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 290)

É diante desses personagens que começa a negociação dos sentidos, da qual fala Martín-Barbero. Por exemplo, um entrevistado, trabalhador informal, nos disse assistir ao programa por que, apesar de viver na capital Fortaleza, sua família mora no interior e ele se informa dos crimes que acontecem lá por preocupar-se com os parentes. Nesse caso, a relação que esse homem cria com as notícias daquela localidade foge a qualquer reação previsível pela produção do programa, é uma identificação particular, que o leva a assistir o programa também por acreditar que os telejornais locais não transmitiriam as notícias policiais do interior, a menos que fosse “muito grave”, como ele diz. Outra entrevistada, funcionária de uma loja de roupas, disse preferir um dos programas por que gosta de ouvir o apresentador falar: “ele diz a verdade, não tem papa na língua não, o povo processa ele e ele não tá nem aí”, acrescenta. As relações de identificação sob esse enfoque configuram, na verdade uma grande rede de significação: a mãe que tem



um filho preso e se identifica com o acusado, o rapaz que conhece o acusado, a família da vítima, uma pessoa que mora no bairro da vítima...

Outra possibilidade de identificação é quanto à classe social. Sobre isso, Sergio Adorno<sup>7</sup> comenta que o perfil social dos acusados que aparecem na Tv se assemelha ao da população que o assiste, e Barbero ressalta: “... nem toda forma de consumo é interiorização dos valores de outras classes.” De fato, boa parte das pessoas entrevistadas elogia a oportunidade que eles têm, nos programas policiais, de serem contemplados. Acompanhar as notícias daqueles programas significa, muitas vezes, para o telespectador ver o que acontece ao seu redor, o que poderia ter ocorrido consigo ou mesmo com alguém de sua família.

A idéia de que os casos abordados pelos programas são comuns ao ambiente do espectador resulta também na impressão de que os assuntos relativos à violência e ao crime, dizem muito mais respeito a ele (telespectador) do que outros casos, como política, cultura, ou mesmo economia. Isto decorre inclusive do fato de, atualmente, não só se falar em aumento da criminalidade, como nos revela Sérgio Adorno, mas da violência no ato do crime. Como se a mudança dos atos de violência mudasse também o interesse do público e o perfil dos programas. Prova disso é o depoimento de uma entrevistada: Amélia (nome fictício) tem mais de 40 anos, possui doutorado, ganha entre 6 e 12 salários mínimos e assiste aos programas policiais por temer por sua segurança e a da filha universitária, ela diz assistir o Cidade 190 para “saber por onde andar”.

O conteúdo policial, antes espaço para “o fantástico, a anomalia, o sexo, a jogatina, os ritos de magia negra e os loucos suicidas” (Erbolato, 1981), agora é preenchido por casos de furtos, batidas policiais, assaltos seguidos de morte (latrocínio), acidentes de trânsito, homicídios..., uma cobertura de fatos recorrentes no cotidiano das cidades. Os programas policiais tornaram-se como que apêndices dos jornais locais, tanto o é que a maioria das pessoas entrevistadas disse assistir também aos jornais. Quando questionadas porque não assistir só um ou outro, dão a entender que ambos se complementam, como se fosse, de fato, necessário um programa que tratasse somente das questões relativas à segurança pública.

Outro fator importante, responsável por essa audiência, como dissemos, é a sensação de assistência e representatividade que programa e apresentador proporcionam ao público,

---

<sup>7</sup> Artigo: Violência, Ficção e Realidade, publicado em SOUSA, Mauro Wilton de. Sujeito, o lado oculto do receptor, São Paulo, Brasiliense, 1995.



principalmente dos bairros periféricos e menos assistidos pelas autoridades. Quadros como a busca de veículos roubados, de pessoas desaparecidas e o próprio Barra Móvel prestam serviços à população e dão visibilidade aos seus problemas. O apresentador - quase sempre ostentando uma imagem de justiceiro, de defensor público – discute com as autoridades, reclama no ar, questiona, faz uso do que Martín-Barbero entende por retórica do direto, que é “ o dispositivo que organiza o espaço da televisão sobre o eixo da proximidade.”(MARTIN-BARBERO, 1995, p.290)

Ainda relativo a esse contato entre público e apresentador (proporcionado pelo Barra Móvel, por exemplo) outro fator não menos importante é justamente a possibilidade de fazer parte do programa. Esse é um dos grandes diferenciais dos programas de conteúdo policial, proporcionado pela dinâmica do conteúdo e pelas próprias técnicas do suporte televisivo. Ainda que admitamos o receptor como ativo e crítico, seria por demais omissos não colocarmos em questão a influência dos encantos do suporte televisivo sobre o espectador: a impressão de “ao vivo”, através de uma edição simples, sem muitos cortes, que geram nele a sensação de ser também fonte, de ter participado daquela matéria.

Há ainda o importante trabalho de escuta à população, que poucos veículos televisivos realmente fazem. Nos telejornais, são ouvidos representantes, assessores..., mas que outro espaço conversa com o telespectador, questiona-o das condições de seu bairro, da “situação da violência”, das visitas da prefeitura, da atenção dos agentes de saúde... como os espaços cedidos para ouvintes no rádio?

O que este ainda simples estudo de recepção deseja é perceber que essas estratégias de aproximação receptor/emissor podem, quem sabe, ser adaptadas à realidade dos telejornais sem, contudo, torná-los menos sérios ou sensacionalistas. Até que ponto a objetividade, seriedade, do jornalismo atual ao invés de reflexo de cobertura competente, não é, na verdade, sinônimo de frieza e dormência diante do cotidiano?

Nem todos os telespectadores de programas policiais dão-lhes audiência somente à custa de violência barata e desfile de corpos estendidos. Apesar de haver público com essa intenção, não são a maioria. Este trabalho se propõe a mostrar que, muitas das pessoas que compõem os espectadores desses programas procuram também informação com proximidade, atenção.

## **Referências Bibliográficas**



BASTOS, Lea Cunha. Direito à cidadania e à imagem individual – Um estudo de caso do programa Rota 22. Fortaleza (UFC) 1997. Monografia (Jornalismo). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, UFC – 1997.

BARBERO, Jesús Martín. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2 ed. Rio de Janeiro, Editoria UFRJ, 1995.

BRITTOS, Cruz Valério. Comunicação e cultura: o processo de recepção. Labcom/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 1999. Disponível em:  
<<http://bocc.ubi.pt/pag/brittos-valerio-Comunicacao-cultura.html>>

CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

COSTA, Maria Tereza P. da. **A justiça em ondas médias**: o programa Gil Gomes, Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo especializado**: emissão de textos no jornalismo impresso, São Paulo, Atlas, 1981.

FIDALGO, António. O Consumo de informação. Interesse e curiosidade, Covilhã: BOCC, disponível na internet em  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.html>. Acesso em: 12/08/2007

MARTINS, Clayson Ferreira. **Programa Barra Pesada**: a violência na TV Cearense. Fortaleza, UFC, 1993. Monografia (Jornalismo). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, UFC – 1993.

MCLUHAN, Marshall. O meio é a mensagem. Rio de Janeiro: Record. 1969.

SIQUEIRA, Cláudia Regina. **Sensacionalismo na televisão**: programa Barra Pesada, Fortaleza, UFC, 2004. Monografia (Jornalismo). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, UFC – 2004.

SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Petrópolis, Vozes, 1983.

SOUSA, Mauro Wilton de. Sujeito, o lado oculto do receptor, São Paulo, Brasiliense, 1995.

TV JANGADEIRO. Disponível em:  
[http://www.tvjangadeiro.com.br/programa\\_institucional.asp?ref=barra\\_pesada](http://www.tvjangadeiro.com.br/programa_institucional.asp?ref=barra_pesada), acesso em:  
<22/11/07>